

PROPOSTAS POLÍTICAS

1. EDUCAÇÃO

A. Formação de Professores

- Digamos que um médico recém-formado queira ser cardiologista, ele fará residência em um hospital certificado pelo governo, teoricamente uma instituição apta a lhe oferecer infraestrutura e orientação profissional qualificada e, após alguns semestres, sairá de lá dominando a especialidade na prática. O mesmo serve para o professor, tendo em vista que a grande maioria dos docentes saem dá faculdade sem saber ensinar. Desse modo, isso fará com que o educador saia dá faculdade com uma orientação profissional qualificada sendo capaz de criar estratégias para tornar a aula mais produtiva.

B. Tecnologia no aprendizado

- Termodinâmica pode ser chato. Mas imagine se o aluno desembarcasse na Inglaterra do século 19, no auge da Revolução Industrial, para entender de perto como funcionavam as locomotivas e máquinas a vapor, tudo isso aliado a uma perspectiva histórica, geográfica e cultural daquela época, o estudante veria como as pessoas trabalhavam, se divertiam e se vestiam, e ele mesmo queimaria carvão para produzir energia. Precisamos dessa nova linguagem. A sala de aula perdeu o monopólio da aprendizagem, que hoje tem força descomunal na internet. Portanto, é evidente que seu uso pode tornar a aprendizagem mais significativa e sobre tudo mais atraente, o qual torna o processo educativo mais amplo e dinâmico, resultando no rompimento com práticas pedagógicas fundamentadas na unilateralidade dá relação professor-aluno e na mera transmissão de conteúdos das disciplinas do currículo, permitindo assim a democratização de espaços, o compartilhamento de saberes, a colaboração e a valorização dá produção cultural e intelectual dá comunidade.

2. SEGURANÇA

A. Valorização do policial

- Suponhamos que em uma cirurgia, um paciente venha a óbito, os cirurgiões e enfermeiros terão sua liberdade restrita enquanto aguardam julgamento por esse trágico fato? Consequentemente, não. Por outro lado, caso um policial tire a vida de um indivíduo o qual fere os direitos humanos de um cidadão, ele irá responder o processo com restrição de liberdade. Dessa forma, deve ser implantado um excludente de ilicitude para operação policial e legítima defesa, pois, caso isso não seja feito, cada

vez mais a insegurança irá florescer, pois o policial sabe que “caso ele faça alguma coisa , poderá ir para cadeia, caso não faça, pagará com a própria vida”.

B. Reforma no sistema carcerário

- É fato que uma lei penal, ainda que bem elaborada, não pode surtir os efeitos almejados se não tivermos um adequado sistema de execução da pena. Pois, de nada adiantaria obter uma sentença condenatória após entrar com a ação se, na fase de execução da pena, o estado não tem condições de dar aplicabilidade a lei penal ou o faz através de um sistema penitenciário corrupto onde são permitidos celulares, armas, entorpecentes, dinheiro, entre outros. Portanto, é necessário a construção de presídios de segurança máxima, que isolem criminosos de alta periculosidade. Além disso o agente penitenciário não deve trabalhar permanente em um único local, pois eles tendem a ser aliciados pelos presos com o passar do tempo, a fim de evitar sua cooptação pelo crime organizado.

3. SAÚDE

A. Investir em atenção primária

- Dráuzio Varella destaca que um dos grandes problemas da saúde é ressaltar a doença. Segundo ele, é preciso enfatizar a prevenção, pois uma medicina preventiva iria reduzir os gastos com internações decorrente ao agravamento de doenças que poderiam ser facilmente evitadas. Desse modo, é necessário a criação de projetos para o acompanhamento de famílias e comunidades, mutirões de vacinação, distribuição de remédios e por consequência, também propiciaria a redução na fila de espera de hospitais e prontos-socorros.

B. Privatização

- É notório que o estado não tem agilidade para administrar e alcançar a competitividade das empresas privadas. O governo gasta mal e na maioria das vezes usam as estatais para colocar nelas os seus protegidos e os do seu partido, muitas vezes sem a menor competência para o cargo. Dessa forma, a privatização dos hospitais quebraria o monopólio que acaba restringindo o consumidor a poucas opções e geraria competição a qual faria com que o consumidor definisse o que é melhor para ele, sendo necessário a criação de “vouchers” em que o estado distribuiria valores monetários para os mais pobres pagarem por serviços privados como bem entendessem.

4. HABITAÇÃO

A. Programas de financiamento

- No início do século xx, devido a rápida industrialização, as cidades atraíram grande parte da população, porém, inexistiam políticas habitacionais as quais impossibilitaram o acesso a moradia para grande parte da população, que principalmente nas últimas décadas, vem sendo produto e produtor dos processos de periferização, segregação, degradação ambiental, má qualidade de vida e violência nas cidades. Portanto, é necessário o investimento em programas os quais ofereçam subsídio aos indivíduos de baixa renda para que eles adquiram seus imóveis.

B. Criação de políticas nacionais de recuperação dos centros urbanos

- A tragédia do incêndio e desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, no centro de São Paulo tem como uma das principais causas a falta de uma política nacional de recuperação dos centros urbanos com enfoque especial na habitação de interesse social. Desse modo, é necessário a utilização adequada desses espaços para cobrir o déficit habitacional, abrigando a população trabalhadora na proximidade de seus empregos, sem afasta-la para periferias desprovidas da infraestrutura adequada.

5. EMPREGABILIDADE

A. Fortalecer as empresas produtivas

- Segundo o economista Fernando Veloso, empresas mais eficientes tendem a concentrar os recursos produtivos de um país, sejam trabalhadores, máquinas e recursos naturais. No Brasil, o mecanismo não funciona bem. Empresas produtivas não crescem, e as improdutivas permanecem no mercado, mobilizando recursos que poderiam ser realocados para as mais eficientes. Dessa forma, é necessário a eliminação de distorções que dão sobrevida a empresas pouco produzidas, como regimes especiais de tributação e crédito subsidiário. Além disso, deve ser implantado reformas que facilitem a recuperação judicial e simplifiquem o regime tributário.

B. Universidade frente a empregabilidade

- Um dos maiores desejos das instituições de ensino superior é proporcionar um ambiente de ensino e aprendizagem que seja eficiente na articulação dos referenciais teóricos os quais permitam a criação de sentidos e significados na articulação com a prática profissional. Com isso, cabe a academia ampliar as possibilidades que envolvem a formação do aluno com o intuito de formar profissionais que reúnam competências e habilidades que o qualifiquem para a realização de projetos e ações que atendam com qualidade as especificidades do mercado.

6. COMBATE A DISCRIMINAÇÃO

A. Adoção de políticas para denúncia

- É notório que a grande maioria dos casos de discriminação nas instituições de ensino não são denunciadas. Isso ocorre devido as vítimas introduzirem a ideia de que sofrer bullying é para os fracos, muito dessa vergonha, principalmente dos meninos vem do que aprenderam em casa. Os pais passam a lição, “se apanhar, devolve e se chegar em casa chorando porque te bateram, vai apanhar mais ainda”. Essa perspectiva faz o medo aumentar e elas preferem sofrer sozinhas do que sofrer mais humilhação em casa. Dessa forma, é preciso que os pais e educadores busquem estratégias para abrir um canal de comunicação o qual o aluno percebe que será ouvido atentamente e que algo irá mudar.

B. Palestras de reeducação

- Preconceito é uma opinião que formamos das pessoas antes de conhecê-las. É um julgamento apresado, superficial e muito perigo, pois ao invés de melhorar a nossa vida e da sociedade, acaba trazendo muitas situações complicadas e até mesmo violentas. Muitas vezes isso ocorre pertinente a inexistência de políticas que introduzam aulas sobre igualdade nas instituições de ensino. Portanto, o Ministério da Educação através de palestras socioeducativas deve reeducar os alunos a fim de formar uma geração melhor.

7. CARGA TRIBUTÁRIA

A. Tributação

- É necessário tributar menos o consumo e manter os impostos mais concentrados sobre a renda. No entanto, não a favorável a taxação de grandes fortunas caso esse capital seja empregado em novos negócios, para área pública, ineficiente na gestão dos recursos a qual ampliaria a capacidade de empreendedorismo, geraria mais renda e combateria a pobreza.

B. Criação do IVA

- É preciso criar o IVA(imposto sobre valor agregado) com alíquota única. Esse tributo substituiria uma série de impostos como o ICMS(imposto sobre circulação de mercadorias e serviços), ISS(imposto sobre serviços), PIS(programa de integração social), Cofins(contribuição para financiamento de seguridade social) e o IPI(imposto sobre produtos industrializados). Suas vantagens seriam a redistribuição da carga tributária de modo mais eficiente, por beneficiar a indústria que lida hoje com carga tributária maior do que outros setores, extinguiria a guerra fiscal e os incentivos regionais, e reduziria as estruturas de fiscalização, já que União, estados e municípios fiscalizariam o pagamento do mesmo tributo.

8. DIRETO A VIDA

A. Criminalização do aborto

- O direito a vida é uma garantia fundamental prevista no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira. Ela garante proteção à vida e trata-se de um direito inviolável. Esse direito pode ser entendido, como o direito a "permanecer vivo", quanto a ter uma existência digna. No entanto, alguns debates vem surgindo com a seguinte premissa: "o corpo é propriedade da mulher e ela pode fazer o que bem entender com ele". Porém, após a concepção, a interrupção pode ser um assassinato, desde que esse gesto não mate a vida humana expulsada. Até então, não há nenhuma máquina, aparelho ou estrutura que possibilite a manutenção da vida humana após a interrupção, o que caracteriza esse gesto como um atentado a vida o qual não pode ser permitido.

B. Aborto em casos de estupro

- Nesses casos, o aborto deveria ser permitido. Porém, o governo deveria proporcionar toda uma estrutura para vítima caso ela não quisesse praticar esse ato.

Lenilson Santana, candidato a deputado estadual.